

Texto

Conferência

no

Instituto Dom João de Castro

(28 de Janeiro de 2010)

António C. Rebelo Duarte

Vice-almirante RES

“A GEOESTRATÉGIA, O MAR E A ECONOMIA”

NOTAS PRÉVIAS

I – INTRODUÇÃO

II – A QUESTÃO GEOGRÁFICA E O MAR

- ✓ Quadro geral;
- ✓ Quadro específico com o Mar português;

III – A QUESTÃO ESTRATÉGICA

- ✓ O Conceito Estratégico Nacional e o Mar;
- ✓ O “tríptico” da acção estratégica.

IV – O MAR, A ECONOMIA E O PODER DO ESTADO

- ✓ As Talassocracias;
- ✓ O quadro económico e o Mar.

V – A ECONOMIA DO MAR NA RESPOSTA ESTRATÉGICA AO DESENVOLVIMENTO

- ✓ O potencial marítimo-económico;
- ✓ A acção estratégica.

I – INTRODUÇÃO

Proponho-me partilhar convosco uma reflexão sobre a renovada importância do Mar, responsável pela saúde da biosfera, bem como do seu contributo estratégico para o desenvolvimento económico e poder dos Estados, cuja geografia lhes concedeu a dívida da maritimidade, como é o caso de Portugal, assumindo, sem constrangimentos nem nostalgismos, o nosso legado marítimo.

Esse legado aparece na minha narrativa, muito menos com um sentido de “retrovisor histórico”, mas essencialmente como responsabilidade e exigência de futuro, para enfrentar os desafios e tensões e aproveitar as oportunidades do século XXI.

Desafios, de um quadro internacional complexo, devido às tensões e crises geradas pela incerteza e imprevisibilidade das ameaças e riscos.

Tensões entre o global e o local, o universal e o singular, a tradição e a modernidade, o longo e o curto prazo, o célere desenvolvimento do conhecimento e as capacidades da sua assimilação pelo homem e, ainda, a tensão eterna ente o material e o espiritual. Essas tensões derivam em último grau da globalização inevitável e das crescentes interdependências, a revelar múltiplos desequilíbrios entre países ricos e pobres, fracturas sociais entre providos e excluídos e as agravadas desigualdades de desenvolvimento económico e social e o aumento do défice dos passivos do mundo, adensando forçosamente o ambiente de segurança internacional com riscos e desafios de dimensão planetária.

Mas também oportunidades, que o Mar vai dar a todos os países que o saibam aproveitar na sua múltipla funcionalidade, sendo certo que para alguns deles, como Portugal e outros parceiros europeus, pode representar um dos mais significativos mananciais de recursos, especialmente económicos, de que os respectivos processos de crescimento tão necessitados estão.

Reitero as felicitações ao senhor Prof. Adriano Moreira, organizador desta conferência, primeiro, por ter arriscado no orador e, segundo, por ter apostado num tema que pouco sai das capelas académicas, mas que é desafiante e tem toda a actualidade - *o papel do mar no conceito estratégico* – até pela circunstância de se aplicar a qualquer Estado costeiro e, obviamente, a Portugal.

Tentarei relevar a importância de uma problemática tão rica, complexa e multifacetada, ainda que escolha apenas algumas dessas facetas, que, apesar de tudo, me parecem adequadas ao desenvolvimento do tema, nomeadamente a estratégica e a económica.

II – A QUESTÃO GEOGRÁFICA E O MAR

✓ Quadro geral

Cobrindo 70% da superfície do planeta, o Mar começou por ser um factor de condicionamento da espécie humana dadas as limitações impostas à sua capacidade

para influenciar aquele meio ambiente. Em contrapartida, foi a vontade de superar os constrangimentos encontrados no oceano que permitiu conquistar os seus limites e fixar as populações nas orlas costeiras, levando os povos a um progressivo domínio dos factores tecnológicos e motivacionais, imprescindíveis à sobrevivência na superfície ou nas profundezas do mar.

É verdade que o Mar não tem uma representação uniforme, em termos de utilização e significado, para todos os Estados ribeirinhos. Ela é tanto maior quanto mais amplo for o estágio de desenvolvimento tecnológico dessas sociedades ou menor a opção continental da elite governante. De qualquer modo, o Mar tem vindo a ser progressivamente utilizado na tripla valência de fonte de riqueza, reserva de recursos energéticos e via privilegiada de comunicação e de abastecimento, crescendo de igual modo a sua utilização como espaço de afirmação do poder dos povos, com inevitáveis consequências ao nível da competição, disputa e conflito entre países.

Hoje, o Mar vê renovada a sua importância na medida em que surge como o último espaço do planeta a permitir a descoberta de novas fronteiras nacionais. Assiste-se a uma nova consciência mundial, a que não será estranha a iniciativa levada a cabo a nível da ONU, na sequência da aprovação da sua Convenção sobre o Direito do Mar (CNUDM), concluída em Montego Bay, Jamaica, em 10 DEZ 82, no que concerne à exploração económica e prospecção dos recursos associados aos oceanos e cujo processo de ratificação demorou mais de uma década (1994).

Essa crescente relevância a nível planetário deve-se a outras razões e que têm, genericamente, a ver com a potencial instabilidade que decorre do chamado “*resource stress*”, visto como uma combinação de *stresses*, nomeadamente hídrico, económico, político e demográfico, associados a um explosivo potencial de conflitualidade, com guerras decorrentes da escassez de matérias-primas e de outros recursos vitais e das induzidas guerras imigratórias, a que não serão estranhas as alterações climáticas e o aquecimento global já hoje reconhecido como multiplicador de ameaças.

A nível europeu, regista-se alguma evolução relativamente ao objectivo de utilização coordenada do mar, como o confirma a orientação delineada no documento da Comissão Europeia “*European Union Green Paper on Maritime Policy*” e o novo paradigma, previsto no Tratado de Lisboa, quanto à responsabilidade pela gestão dos recursos do mar, dadas as novas delimitações de responsabilidades nessa matéria entre os E-M’s e a UE, objecto de alerta mais adiante no que se traduz em exigência e responsabilidade para a gestão dos recursos existentes nos espaços marítimos sob soberania e jurisdição nacionais.

Ao longo de grande parte do século XX, os Mares tiveram, acima de tudo, um papel chave na área da defesa e segurança, sem desprezar o fornecimento alimentar; entretanto, adquiriram uma nova função, a de importante fonte de energia, com a exploração do petróleo e gás *offshore*. Hoje, já se fala na descoberta de novas jazidas no *deep offshore*, fazendo desta indústria a maior da economia do mar, mormente a partir da crise petrolífera de 1973, com os inerentes incrementos do transporte marítimo e do comércio mundial.

E que se espera do Mar para as próximas décadas?

Prevê-se que os oceanos, incluindo o Ártico, cresçam de importância na exploração de combustíveis fósseis de poços do *offshore*, onde se observa, a menos de 500 metros de profundidade, uma diminuição progressiva das reservas, exploração a transferir-se, agora, para o *deep offshore*, mau grado a subida dos custos de prospecção e exploração, atingindo valores 4 a 20 vezes superiores ao custo médio em *offshore* de águas pouco profundas. Actualmente, de acordo com revistas da especialidade, os recordes de profundidade de exploração e de prospecção situam-se, respectivamente, nos 2.316 e 3.000 metros.

Admite-se que, a partir de 2030, aquela oferta de energia seja acrescentada face à provável exploração do gás natural extraído dos hidratos de metano dos fundos marinhos, que se estimam com grandes reservas espalhadas mundialmente por extensas áreas, com um exorbitante número de pés cúbicos de gás, sob as formas líquida e gasosa, que se prevê muitas vezes superior ao volume total de reservas mundiais de petróleo, e cuja exploração aguarda apenas pela diminuição dos custos das tecnologias extractivas. De referir também a fonte indispensável de minerais que já se sabe existirem nos nódulos metálicos existentes no fundo dos mares, mencionando-se, ainda, a descoberta recente de formas de vida a grandes profundidades, com potencial de exploração biotecnológica, esta vista como um conjunto de instrumentos e processos que utilizam organismos vivos para produção ou modificação de produtos, alteração de plantas ou animais, ou desenvolvimento de micro organismos para fins específicos.

A nível global, o mar e os seus fundos marinhos poderão representar a última grande “mina mundial”, dada a perspectiva da existência de recursos biológicos e minerais e de reservas de hidrocarbonetos nas ZEE e nas PC, estas a levar os países a candidatarem-se à extensão das suas jurisdições marítimas.

✓ Quadro específico com o Mar português

Foi à geografia e ao mar que se ficou a dever, em larga medida, o legado marítimo português.

O território nacional conta com a pequena área de 91.840 Km², distribuída pela parcela continental e arquipélagos (Açores e Madeira), apresentando a sua costa uma extensão significativa de 1.436 Km. Ainda que remetido ao extremo ocidental da Europa, a condição geográfica e a partilha de valores civilizacionais e de cultura europeia, que ajudou a definir e consolidar, foram construindo Portugal como país europeu. Esse contributo ficou a dever-se, em larga medida, ao Mar, cuja influência no porvir da velha Nação lusitana tem sido uma constante histórica. De facto, o carácter do povo tem sido talhado pela sua origem litorânea, de comunicação fácil e convivência afável, habilitando-o para um convívio multissecular com outros povos e civilizações, sublimado em valores culturais comuns.

A identidade estreita, vital, que Portugal mantém com o Atlântico, assegurou-lhe a nacionalidade, ajudou-o a consolidar a independência, permitiu-lhe manter a coesão nacional e, acima de tudo, diferenciá-lo e distanciar-se do projecto

centrípeto ibérico, através da projecção de poder numa dimensão global. Facultou-lhe, ainda, a valia estratégica para se afirmar como *soberania de serviço* em apoio à potência marítima no controlo do mar e na projecção de poder, o que lhe proporcionou alianças geopolíticas compensadoras e a consequente visibilidade internacional, para além de ter emprestado ao país a dimensão plural para o projecto da *lusofonia*.

Conforme referido anteriormente, as disputas centradas no mar passaram a ter uma crescente ocorrência nas relações internacionais, razão pela qual é, hoje, evidente a importância de se desenvolver uma visão estratégica do mar e para o mar, que desperte as vocações e mobilize as vontades das comunidades ribeirinhas, de forma a permitir, não só, identificar e adoptar os objectivos marítimos nacionais, mas, também, edificar, organizar e empregar as capacidades materiais e humanas do país nas acções necessárias à sua concretização.

Entre nós, após a ratificação, em 1997, da referida Convenção de Montego Bay, deu-se conta de um processo de reaproximação nacional ao mar, iniciada com o Relatório da Comissão Estratégica dos Oceanos, em 2004, prosseguida com a iniciativa de organização da EXPO 98 e outras iniciativas governamentais, designadamente a formulação de uma Estratégia Nacional para o Mar, a criação da Comissão Inter-Ministerial para os Assuntos do Mar (2004), cuja dependência migrou recentemente do Ministro da Defesa Nacional directamente para o 1º Ministro, e o Fórum Permanente para o Mar (2007). Diga-se, em abono da verdade, que os resultados de maior eficácia e visibilidade foram conseguidos, apenas, ao nível das iniciativas desenvolvidas pela Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC), que apresentou, em FEV09, trabalho válido a sustentar a respectiva candidatura portuguesa.

Não há dúvida de que a geografia nos presenteou com vastos espaços marítimos, que deram lugar à realização de actividades humanas e iniciativas públicas e empresariais no litoral e demais áreas oceânicas, a abranger: a) O Mar Territorial (MT); b) A Zona Contígua (ZC); c) A Zona Económica Exclusiva (ZEE); d) A Plataforma Continental (PC), esta, como já referido, em processo de extensão.

Só uma visão míope impediria um Estado costeiro, como Portugal, de exercer a sua influência nos grandes espaços marítimos que lhe estão jurisdicionalmente afectados. Aqui, gostaria de lembrar que a posse de uma área terrestre coloca-nos no 110º lugar do ordenamento dos países em função da sua dimensão (com os tais 92.000 Km²), subindo, no entanto, abruptamente, nesse *ranking*, quando são incorporados os espaços marítimos sob soberania e jurisdição nacionais, salto que se fica a dever ao facto de o Estado português possuir a 11ª maior área mundial de águas jurisdicionais (da ordem dos 1.720.560 Km²), incluindo águas interiores, MT e ZEE. Esta posição melhorará, significativamente, com a inclusão esperada dos novos territórios oceânicos provenientes da extensão da PC e que, só por si, farão com que a área marítima se expanda até aos 3,6 milhões de Km², duplicando a já extraordinária extensão de fundos marinhos. Recordaria que só a ZEE corresponde ao valor de quase 19 vezes a área terrestre nacional, sendo Portugal o país da UE com maior vastidão de águas jurisdicionais, exceptuando as zonas marítimas dos territórios ultramarinos da França e Reino Unido.

Como poderia, pois, esse espaço marítimo interterritorial, cruzado por importantes rotas marítimas a ligar o norte e o sul da Europa e esta ao resto do mundo, para além das suas funções de via de transporte e de fonte de recursos naturais, não assumir um estatuto vital para a unidade e sobrevivência do país?

Que razões para esta apregoada valia estratégica? Se outras não houvesse, bastaria apontar o facto de se realizar, exclusivamente pela via marítima, cerca de 90% do comércio mundial, apoiado no livre tráfego, como característica determinante do sistema de relações internacionais em ambiente de globalização, além da circunstância de passar pelas nossas águas, grande percentagem desse comércio marítimo, onde se incluem os 53% do comércio externo da UE. Além disso, 60% das exportações portuguesas e 70% das nossas importações usam a mesma via, incluindo a totalidade do petróleo e quase 2/3 do gás natural que consumimos.

Para além das jazidas, nódulos e crostas com recursos minerais, são boas as notícias relacionadas com as tentativas de descoberta de jazidas através das concessões atribuídas há cerca de dois anos e meio para exploração do *offshore* do Continente português, espalhadas maioritariamente por áreas de fundos baixos, mas que incluem, também, alguns espaços no *deep offshore*, casos do canhão da Nazaré e das Bacias do Alentejo e do Algarve. Mais relevante ainda será o facto de tais limites de prospecção poderem vir a beneficiar do alargamento das áreas de grandes profundidades, proporcionado pela extensão da PC e pelo desenvolvimento das tecnologias adequadas a essas profundidades.

Temos, pois, motivos válidos para reconhecer os benefícios de uma nova relação portuguesa com o mar, que ganha consistência quando se coligam os aspectos de um todo que constitui motor de afirmação e desenvolvimento susceptível de induzir um processo consistente de I&D e Inovação, no qual a “economia do mar” poderá desempenhar uma função charneira e ser uma componente relevante da estratégia de desenvolvimento.

Compreende-se esta ligação umbilical entre Portugal e o mar, que a história se tem encarregado de cerzir. Constituem uma realidade indissociável; Porquê? Fundamentalmente, por imperativo estratégico imposto pelo condicionamento geográfico na modulação das nossas opções e conceito estratégico nacional. Em que termos? Pela posição de articulação entre o Território Nacional (TN), o Oceano Atlântico e o Continente Europeu, associada à confluência das linhas de comunicação marítimas e aéreas que ligam a Europa à África, ao Continente Americano, ao Médio-Oriente e ao Sudoeste Asiático, configurando no seu conjunto o designado Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente (EEINP), enquanto área necessária ao desenvolvimento das acções militares de defesa do TN, composto pelo rectângulo terrestre, as ilhas, o Mar Territorial, o mar interterritorial e o espaço aéreo sob responsabilidade nacional.

Fica agora mais clara a ligação e inserção do “triângulo estratégico português” com o EEINP, delimitado a Leste pelo Território Continental, a Sul pelo Arquipélago da Madeira e a Oeste pelos Açores. De notar que este triângulo está situado a meia distância entre o Canal da Mancha e o Estreito de Gibraltar, por ele transitando grande parte do tráfego aéreo e marítimo intercontinental. Tanto para a UE como

para os EUA, é considerada uma zona de grande utilidade e interesse estratégico no âmbito da segurança e do comércio marítimo, o que explica o facto de Portugal ter sido sempre mais reconhecido no contexto atlântico do que no europeu, e, também por isso mesmo, admitido na NATO logo na sua fundação.

Note-se ainda que, a partir desta crucial região, poder-se-ão controlar as novas ameaças, como o tráfico de droga e de pessoas e o contrabando de armamento, além de uma série de operações terroristas, sendo neste âmbito que se poderá melhor entender a importância que a NATO e os EUA atribuem, ainda hoje, ao espaço estratégico português, através da instalação de importantes infra-estruturas e comandos militares no seu território, como são exemplos a Base Aérea das Lajes, nos Açores e o *Joint Head-Quarters Lisbon (JHQ Lisbon)*, em Oeiras.

Para aferir das vantagens comparativas e benefícios da “maritimidade” e da “condição arquipelágica” de Portugal na actualidade, lembraria, apenas, os ambientes geopolíticos de instabilidade no Médio-Oriente, Norte de África e Atlântico Sul, com os aliados e, em especial, os EUA, a poderem necessitar, de novo, de projectar o seu poder militar para áreas envolventes. Neste cenário, renova-se a importância daquela base da Ilha Terceira, na medida em que mantém a sua funcionalidade como ponto de apoio e elemento-chave para a necessidade de intervenção militar ou humanitária, além de indispensável para a condução das operações, especialmente da Força Aérea americana, em ordem a conter a instabilidade política da região e ainda para assegurar o fornecimento de recursos energéticos e alimentares essenciais. A importância geoestratégica dos Açores e da sua principal base das Lajes continua elevada mesmo após o fim da guerra-fria, depois de se ter afirmado logo em 1939, no início da conflagração mundial, dando início a três fases distintas: durante a guerra propriamente dita, no período da guerra-fria e a partir da década de 90, apesar da extinção da ameaça soviética.

Para tanto tem concorrido o panorama internacional que emergiu do fim do ciclo dos pactos militares, e que, para os próximos anos, mantém um diagnóstico da maior complexidade, continuando por essa via a conferir uma grande importância estratégica aos Açores e ao espaço interterritorial português, devido à sua mais-valia geoestratégica, no âmbito da rápida projecção de força militar e de material de apoio para as operações a serem desenvolvidas nas regiões próximas dos potenciais arcos de instabilidade. Eis a confirmação do “poder funcional” do Estado português na sua relação com a potência marítima, reforçado pela profundidade estratégica que confere ao Território Continental, a maximizar, assim, a sua capacidade para a projecção de forças.

Por outro lado, a perspectiva dos recursos e da riqueza, acicatada pela conjuntura económica portuguesa, problemática nesta fase da pós-crise internacional, recomenda vivamente que se procurem novos caminhos, no sentido de uma rápida adaptação ao competitivo mundo globalizado. Penso que não nos resta outra alternativa senão a de investigar e explorar recursos e soluções novas, em ordem a retomar, desejavelmente, patamares de crescimento como os já experimentados nos anos 60 e logo após a adesão à CEE, tendo em mente, obviamente, estes “novos territórios” do solo e subsolo marinhos.

III – A QUESTÃO ESTRATÉGICA

✓ O Conceito Estratégico Nacional e o Mar

Esboçámos atrás o posicionamento de Portugal na sua condição geográfica e relação histórica com o mar. Afirmar, hoje, o país no complexo e dinâmico quadro de relações internacionais em obediência às linhas orientadoras do seu Conceito Estratégico Nacional (CEN), passa por conhecer os contornos dessa envolvência geopolítica.

Numa caracterização breve, vive-se, hoje, uma época de esbatimento das fronteiras geográficas num mundo globalizado, onde impera a imprevisibilidade das ameaças e desafios colocados aos Estados e a incerteza quanto ao modelo da nova ordem internacional em gestação, num caldo de instabilidade propiciador de tensões e conflitos armados. É nesta envolvência de ameaças e desafios que importa reflectir um pouco sobre o CEN em geral e na sua especial relação com o Mar português.

O Prof. Adriano Moreira gosta de lembrar *Os Lusíadas* como o primeiro texto que define um conceito estratégico europeu e dentro deste o português, como produto da unidade forjada pelo mesmo credo e valores religiosos que individualizaram identitariamente os povos da Europa, catapultando-a para o projecto de expansão em nome da fé e, muito, da fazenda, no qual Portugal tinha a sua quota-parte de responsabilidade e proveito; e a consagração de um papel mundial para a Europa e do seu movimento euromundista.

Essa tarefa foi abraçada, com a conhecida competência, pela Dinastia de Aviz, que não lhe viu melhor alternativa nem futuro.

Expansão sim, mas para onde? Para a fronteira leste em direcção a Espanha e ao Continente, onde defrontaria a continuada guerra com Castela? Ou para a fronteira marítima, em direcção ao desconhecido e profundo Oceano, no qual não se esperariam obstáculos intransponíveis? Só esta se tornou adequada, exequível e aceitável, e, nessa esperança e percepção, a que se cumpriu. Assim se gerou o grande projecto estratégico nacional que teve definição clara até 1974, ainda que o seu centro de gravidade fosse evoluindo, desde o século XVI, desde a Índia, passando pelo Brasil e com epílogo em África.

Esse projecto ganhou consistência ao longo do tempo, porque foi contando com o indispensável apoio externo, nomeadamente do Vaticano, com a bula papal na legitimação da independência do Reino; da Inglaterra, com a sua preciosa ajuda na guerra peninsular iniciada com as invasões francesas; da Aliança Atlântica, desde o fim da II GM, que garantiu a segurança a Portugal; e da Europa, com a adesão à CEE em 1986, depois do fim do Império e, com ele, a retracção dos territórios africanos.

Esta opção pela Europa, sem alternativa, coincidiu com a reorientação estratégica segundo um eixo e um projecto insuficientes para preencher a definição de um conceito estratégico nacional, sucessor daquele outro que vigorou por mais de cinco séculos, como a condição geográfica do país bem ilustra. Ainda que Portugal possa parecer periférico no plano económico e do projecto continentalista da UE, geograficamente, ambiciona assumir-se como um país de articulação e fronteira com

a segurança do Atlântico Norte, com as regiões pacíficas e amigas do Norte de África, com a segurança de um Atlântico Sul de múltiplas soberanias, das quais cinco se expressam na língua portuguesa.

Hoje, Portugal volta a descobrir o Mar no centro da sua projecção estratégica e elemento fundamental do seu conceito estratégico nacional, o que lhe aumenta a responsabilidade por cuidar do destino dos espaços marítimos que lhe pertencem, a começar pela ZEE e a PC, em vias de extensão até às 350 milhas, quase o dobro da área dos actuais fundos marinhos. Nessa redescoberta, engloba-se a exploração da janela de oportunidade que se abre a partir da CPLP, talvez a última que resta ao país e cujo horizonte é, e será sempre, o Mar, porque a geografia não muda.

Apesar das novas vias de comunicação com a Europa, do Tratado de Schengen e da abolição das fronteiras, do vigente Tratado de Lisboa e da nova Estratégia 2020 que sucedeu à Estratégia de Lisboa, o Mar continua a ser a nossa única fronteira verdadeiramente soberana, como o confirmam os bloqueios que por vezes ocorrem nas estradas espanholas e francesas e em que acabamos por ser envolvidos e de que sofremos as consequências.

✓ O tríptico da acção estratégica

A internacionalização das questões de segurança e defesa e a incessante procura da estabilidade, como factor primordial para um ambiente de paz e prosperidade entre os povos, têm contado com o contributo português, que vem correspondendo a tais desafios através da disponibilização das suas capacidades e participação, com voz própria, nas organizações a que pertence e em iniciativas multinacionais, a par do desenvolvimento e aprofundamento de processos de cooperação bilateral. Este privilegiado estatuto estratégico reforça-se com base no valioso património cultural, por uma língua falada em quatro continentes por cerca de 200 milhões de pessoas e confere a Portugal a possibilidade de contribuir para o estreitamento das relações entre a Europa, a América, a África e a Ásia. Tais pólos de coesão consubstanciam-se na CPLP e nas numerosas comunidades portuguesas e de luso-descendentes da diáspora lusitana.

A descontinuidade territorial, a dependência económica do exterior, a ausência de auto-suficiência em matéria de recursos energéticos e alimentares e a proximidade a regiões com tendências fragmentárias ou com forte instabilidade política, social e demográfica, expressam vulnerabilidades que podem comprometer as vantagens das potencialidades atrás referidas, e que passam pela circunstância de Portugal se situar no tal ponto de charneira de vários espaços de índole política, cultural, económica e militar diversificada, especificidades estas responsáveis pela tradicional tendência de Portugal continuar virado para o Atlântico.

A materialização de uma visão estratégica começa pela valorização do posicionamento geográfico de Portugal e pelo reforço da sua capacidade de afirmação e intervenção no mundo, procurando assegurar presença nos principais centros de decisão internacional, numa perspectiva de defesa pró-activa dos interesses nacionais e da soberania, identidade e individualidade no seio da sociedade internacional.

Portugal, que havia consolidado, durante quase cinco séculos, o seu carácter pluricontinental e multicultural, passou, na segunda metade do século XX, a ser um país com mais perfeita coincidência entre o território e a nação, regressando às fronteiras do século XVIII, acrescidas dos dois arquipélagos adjacentes povoados no século seguinte. Pela sua situação geográfica é simultaneamente uma das portas de comunicação da Europa marítima com o exterior, um ponto de controlo e de vigilância dos dois mais importantes acessos à Europa, Gibraltar e a Biscaia/Canal de Inglaterra e, ainda, um ponto de ligação nas relações domésticas entre a Europa do Norte atlântica e a Europa do Sul mediterrânica.

É necessário acabar com o mito da necessidade de escolhermos entre o desenvolvimento na Europa e o nosso interesse pelo elo transatlântico, ou entre qualquer um destes objectivos e a nossa vontade em estreitar os laços da lusofonia. Portugal não é hoje muito mais dependente do além-mar do que o resto da Europa, mas é, também, desde o início, um dos signatários do Tratado do Atlântico Norte, onde tem depositadas as suas fronteiras de segurança, fazendo com que seja de interesse vital a solidariedade transatlântica, por cujo elo passa, igualmente, as relações bilaterais com os EUA e com o Canadá, onde se enraizaram consideráveis comunidades portuguesas, realçando o interesse nacional e o bom aviso da sua manutenção.

Portugal é, ainda, um país do grupo cultural ocidental, mais próximo da sua vertente mediterrânica e, nesse sentido, as nossas fronteiras culturais são as da região euro-atlântica. Mas Portugal está na origem da formação da CPLP, uma verdadeira comunidade dispersa por todos os continentes e unida pelos maiores oceanos, fruto de uma presença e aculturação recíprocas, lenta mas prolongada por perto de cinco séculos. Logo, as nossas fronteiras culturais alargam-se muito pelo Atlântico Sul e estendem-se até onde chega a CPLP.

Na função de articulação e charneira e conjugando todos os factores estratégicos, realça-se, como primeira vertente da acção externa, aliás a mais sólida referência para a reformulação do conceito estratégico nacional, a que se consubstancia através da presença do país como parceiro activo na construção da UE, aí projectando os interesses nacionais e as grandes linhas que configuram e definem o seu cenário estratégico específico, ou seja, as prioridades que pretende ver partilhadas e desenvolvidas pela UE, assumindo consequentemente as correspondentes responsabilidades.

Mas a afirmação nacional passa também por uma segunda vertente, que é a da presença e participação crescente nos processos e acções colectivas tendentes à criação de um clima melhorado de paz e segurança internacionais. A projecção de estabilidade em regiões na periferia da área euro-atlântica é algo de que Portugal não se pode alhear, quer no seio da NATO e da UE (PESC/PCSD), quer individualmente, reforçando o diálogo e a cooperação com o Mediterrâneo e os países do Atlântico Sul, apoiando a abertura destas organizações internacionais a outros Estados.

Como já antes se deixou subentendido, a CPLP constitui a terceira vertente da acção estratégica, servindo de base para uma relação mais estruturada e internacionalmente mais interventiva e abrindo caminho para o esforço colectivo nas

várias dimensões, nomeadamente política, económica e cultural, mas alargando-a também ao domínio da segurança.

Como ponto comum destes três eixos geo-estratégicos, irrompe o Mar, cujo papel e intromissão no destino português aparece tão bem sintetizado pelo Prof. Adriano Moreira¹, ao afirmar: “*O facto é que, pela segurança, pela defesa, pelos interesses africanos, e pela estratégia dos recursos vivos, ou Portugal vai ter com o Mar no exercício das suas vocações e capacidades efectivas, ou o Mar vem ter com Portugal pela voz dos efeitos colaterais.*”.

IV – O MAR, A ECONOMIA E O PODER DO ESTADO

✓ As Talassocracias

Ao tratar das questões económicas e do poder do Estado, que importam para o enfoque marítimo, torna-se obrigatória uma breve incursão no domínio talassocrático.

Na sua essência, o conceito de talassocracia corresponde à ideia de um “*império que retira a sua riqueza e poder do mar, ou seja do comércio marítimo, acessoriamente da pesca*”². O primeiro plano em que se desenvolve essa opção talassocrática é o económico, para além das suas outras dimensões, a militar e a cultural. O mar é, em primeiro lugar, um meio de comunicação, de trocas comerciais e quem tiver pretensões de o dominar, terá primeiro que ser capaz de controlar o comércio marítimo, o que pressupõe uma adequada marinha mercante e portos capazes de receber e distribuir as mercadorias.

Desde a era moderna, com o desenvolvimento do mercantilismo, que se assistiu a várias talassocracias de grau superior (houve várias secundárias, nomeadamente Creta, cidades fenícias, Cartago, Barcelona, Génova, Veneza, os próprios EUA, a seguir à independência), por ordem cronológica, a portuguesa, seguida da holandesa e britânica, talvez a mais completa e global (maior frota, melhores estaleiros, controlo do sistema financeiro internacional e seguros), mas destronada pela americana a partir da II GM, embora menos dependente do mar do que a do modelo britânico. Reconhecerei, contudo, a insuficiência da abordagem económica, havendo que contar, igualmente, com a dimensão militar, confluindo ambas para que se possa falar do que se convencionou chamar de verdadeira “potência marítima” ou seja, alicerçada no correspondente poder marítimo.

A talassocracia acumula, na verdade, esses dois planos, o económico e o militar, este no sentido em que uma marinha de comércio pressupõe, por sua vez, uma marinha de guerra, porque a ela não lhe chega ser rica, tem de ser dominadora, capaz de assegurar a supremacia ou domínio do mar.

¹ “A paz e a comunidade mundial (as hipóteses estratégicas)”; in Boletim N.º 36 – 2009, da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Lisboa, p.20;

² Hervé Couteau-Bègarie, in “Le problème de la thalassocratie”, Academia de Marinha, DEZ 2009 ;

Acontece que as características do oceano globalizado neste início de século XXI, correspondem muito mais a um fenómeno de fragmentação de poderes: os principais portos e estaleiros navais situam-se hoje no Extremo-Oriente (China, Coreia, Japão); as frotas de comércio arvoram diversos pavilhões, de conveniência em mais de metade dos casos; o sistema financeiro está implantado mundialmente, é global. Então, talvez não se possa falar mais de talassocrassia, no sentido em que não se vislumbra um poder marítimo absoluto e global; apenas uma referência para o que alguns autores defendem como terceiro plano ou dimensão, recorrendo à abordagem cultural, hoje um pouco mais em voga. Advogam, como condição superior da talassocrassia, a existência de uma mentalidade talassocrática, isto é, uma consciência colectiva marítima, virada para as questões do mar.

Os impérios marítimos em geral são, curiosamente, apontados como tendo de comum diversos traços de afinidade, em correspondência, segundo o historiador Clark Reynolds³, com as seguintes facetas de virtuosismo político e social: “... *Estrategicamente insulares; politicamente liberais; economicamente mercantis e capitalistas; socialmente diversificados; com classe média dominante; intelectualmente livres e dinâmicos; militarmente dominados pelas marinhas ...*”.

Este tipo de pensamento encontra eco em Mahan⁴ que vê o mar como “.... *fonte geradora de poder*” e o comércio como “.... *base da componente marítima desse poder*”, tendo chegado a descrever os portugueses como “*valentes, empreendedores, moderados, pacientes perante o sofrimento, entusiásticos e dotados de um intenso sentimento nacional*”. Foi também um grande admirador da estratégia naval britânica.

Independentemente da dicotomia e rivalidade entre poderes marítimo e terrestre, a força gerada pelo mar é incontestável, como a história o comprova, devendo ser avaliadas devidamente as potencialidades políticas, económicas e culturais do oceano, na prossecução de uma estratégia para o espaço oceânico em geral e zonas marítimas sob jurisdição nacional, em particular. É desse aspecto geoeconómico que nos ocuparemos a seguir.

✓ O quadro económico e o Mar

Apresentado, na primeira parte, o “Bilhete de Identidade” geográfico e estratégico de Portugal e evidenciado o grau de parentesco do seu território com o mar, passaria agora aos demais factores que concorrem para o poder do Estado, focalizado na economia e, em particular, na economia do mar e no papel que este elemento fulcral pode desempenhar no fortalecimento daquele poder, através do desenvolvimento e bem-estar colectivos.

Uma tal importância advém da necessidade de encontrar novas oportunidades e domínios de crescimento para uma anémica economia portuguesa. Julgamos nós que, umas e outros, existirão no mar e nos recursos que ele esconde, permitindo, a prazo, multiplicar a actual alíquota que as actividades e sectores económicos ligados

³ “*Command of the Sea. The History and Strategy of Maritime of Maritime Empires*”, Malabar, Krieger, 1983, p. X;”

⁴ “*The Influence of Sea Power upon History(1660-1783)*”, de Alfred Thyer Mahan, p.25;

ao mar representam na produção nacional, uma ideia a desenvolver adiante, em capítulo próprio.

É verdade que a resposta estratégica que se procura não deve ser reduzida exclusivamente à economia, sociedade e política. É também a cultura, a educação / formação, a tecnologia, o Estado e Instituições, as empresas, etc. É, portanto, todo este conjunto, articulado entre si, num quadro compreensível e mobilizador, reflexo sobretudo de uma dupla responsabilidade de cidadania e sentido de Estado, mas compreenderão que o condicionamento de tempo não me deixa outro recurso que o da hipótese *ceteris-paribus*, ou seja, fixar todas as demais para permitir avaliar o comportamento singular da variável escolhida como operacional.

Daquele elenco, com a já proclamada consciência de que só o conjunto poderá testar o desempenho global da equação, elegeremos apenas duas variáveis, a “economia do mar” e o “Estado”, quiçá a dupla com maior espaço de intervenção e ligação com o mar, o tal Mar que vai desafiar a própria capacidade colectiva de fazer articular os quatro vértices do nosso quadrilátero estratégico do futuro em termos de desenvolvimento e enquanto comunidade, a saber: Portugal – Europa – África – Brasil. Se formos capazes de responder ao desafio, então teremos um papel na Europa; de outra forma, arriscaremos a não ser actores, cumprindo, antes, um isolamento empobrecido neste canto sudoeste da Europa.

O fim do Império, trouxe a retoma do nosso tempo europeu, com a integração na Europa, partindo à procura do desenvolvimento que completaria, juntamente com a descolonização e a democratização, o triplo objectivo do novo regime democrático. Renascia, assim, a esperança de um país que havia beneficiado do crescimento económico europeu dos “30 gloriosos anos” do pós-guerra, na expressão feliz de Donald Sassoon⁵. Só que a economia nacional e o Estado português não escaparam às novas tendências, respectivamente, de abertura económica e obesidade funcional, com perda de poderes na decorrência da globalização competitiva e da entrada na moeda única, com o conseqüente esvaziamento da intervenção macroeconómica. Para trás ficavam as tais douradas condições do século XX, que permitiram, à Europa, e a Portugal também, o êxito, sem paralelo, de Estados simultaneamente “redistribuidores”, “reguladores”, “desenvolvimentistas” e “estrategas”, como salientou Henry Weber.⁶

Hoje defrontamo-nos com um cenário de crise estrutural que exige resposta para “o que fazer” e “como agir”. Eis aqui uma boa razão para um apelo à Estratégia e respectivo Conceito, de modo a viabilizar a atracção do investimento, especialmente o IDE, removendo-lhe os bloqueios institucionais e o reforço da produtividade, que nos tornem internacionalmente competitivos, sabendo-se que o “económico” é sempre condição *“sine qua non”* do “social”, e a sustentabilidade deste vive mal com ciclos económicos prolongados e anémicos, como o que estamos a atravessar.

O mesmo Mar que já inspirou Portugal durante séculos, continua a ser, no presente, um activo de elevado interesse estratégico e voltará a assumir uma importância fundamental no futuro. Constitui uma oportunidade para explorar e

⁵ “Cem Anos do Socialismo”; Ed. Contexto, vol. I, p. 21;

⁶ “Le troisième âge du socialisme”; Le Débat, n.º 142, p. 76;

desenvolver *clusters* de interesses a ele ligados, nomeadamente em diversas áreas económicas, científicas e tecnológicas, donde decorre a noção de *hypercluster* da economia do mar (como preconizado pelo Prof. Ernâni Lopes), que coordena desde a náutica de recreio e turismo, ao transporte marítimo, construção e reparação naval, pesca e aquacultura, mas também a inovação científica, ensino e formação.

Por isso o mar apresenta uma natureza de transversalidade em relação a todas essas áreas, a carecerem de articulação e harmonização, de modo a dele e dos seus recursos extrair o máximo partido.

Deverá apostar-se nesse *hypercluster* enquanto estratégia para incentivar a reestruturação e o ressurgimento do sector, em particular nos campos da náutica e da reparação naval, e no investimento de empresas, capazes de associar a investigação e o desenvolvimento de novos produtos.

Esta pretende ser a ideia central do capítulo seguinte, visando sublinhar o contributo que o património e potencial marítimos poderão representar para o crescimento económico e desenvolvimento do país, sem esquecer os desafios que uma tal aposta marítima coloca a Portugal.

Há que valorizar, pois, estrategicamente, o papel crucial do Mar como fonte de recursos alimentares, energéticos e de matérias-primas, mar de que Portugal precisa cada vez mais, porque, apesar de possuímos as mais velhas fronteiras da Europa, não deixámos de ser um país pobre, pequeno, periférico e com poucos recursos económicos.

Na dotação de recursos naturais do espaço económico português, não será exagerado lembrar, que o Mar é o mais importante, o menos explorado e aquele que, previsivelmente, irá ter um desenvolvimento mais relevante em termos de criação de valor na economia mundial, até porque aparece, já hoje, como o desafio mais promissor, aquele onde se encontram oportunidades importantes para essa criação de valor, diria mesmo como a nova fronteira de exploração económica.

No passado, o mar foi tido como um activo estratégico decisivo em termos de emprego, de iniciativas empresariais, de funções e serviços de mobilidade e de relevância nas relações internacionais. Nas actuais circunstâncias estratégicas, as exigências tecnológicas e científicas são superiores, mas também o mar é visto agora como um recurso natural com uma variedade de oportunidades muito superior à que era considerada na perspectiva tradicional. Daí falar-se no promissor desafio que ele representa para uma economia portuguesa com dificuldade em sair do seu débil desempenho por mal sucedida estratégia de adaptação aos novos paradigmas do padrão modernizador e modelo competitivo.

Para melhor entender o valor estratégico que o mar já representou e pode voltar a significar no médio prazo para a nossa economia, traz-se à colação a evolução da economia portuguesa nos últimos 40 anos. Utilizarei, como principal indicador, a taxa de crescimento anual do PIB, cuja tendência de continuada quebra foi apenas interrompida por três conjunturas favoráveis (1972/74; 1988/89; e 1998/2000), depois de uma base de partida de excelentes índices de crescimento nos anos 60, com a entrada na EFTA e o considerável peso, à época, da sua vertente marítima.

Na verdade, os indicadores económicos, em termos de crescimento global e gastos públicos, nas últimas décadas, são elucidativos. Portugal repetiu a evolução

da restante Europa, com a economia a desvitalizar, enquanto a fiscalidade saltou para valores da ordem dos 39%, segundo as estatísticas de 2007. Ficámos sem economia e sem margem de manobra fiscal, só nos restando o endividamento. Será justo referir que alguns dos nossos parceiros europeus também estão hoje confrontados com idênticas dificuldades, só que Portugal as sofre de modo mais agudo. O diferencial de crescimento, no intervalo 1963-2008, situou-se entre 6,7% e 2,1% (de aumento do PIB), extremos, de resto, não muito inferiores dos indicadores europeus no mesmo período. Contudo e apesar de até 2005 se constatar uma notória homologia entre os dois movimentos de descida, a verdade é que Portugal desvitalizou mais rapidamente o seu crescimento, acentuando, a partir dessa data, a sua divergência em relação à média europeia.

De facto, nas últimas quatro décadas faltou-nos uma estratégia adequada à alteração da estrutura dualista da nossa economia, que não conseguiu vencer as batalhas da modernização competitiva e das reformas fundamentais.

Vamos encontrar, na génese desta vulnerabilidade, a baixa produtividade, sabendo-se que esta é a chave de quase tudo o que está por resolver na economia portuguesa e que, só por si, justificaria um programa de governo na área económica. Aliás, este diagnóstico é consensual: associada à falta de rigor e de organização, a baixa produtividade fortaleceu-se como o cancro da nossa economia, fazendo de Portugal um dos três países da OCDE onde este indicador mais desacelerou entre 2001 e 2007⁷, explicando a situação dos portugueses, a gastarem acima dos seus recursos e a cobrirem a diferença com empréstimos ao estrangeiro, insustentável porque os credores nos irão cobrar crescentes prémios de risco.

Obviamente que o país já passou por situações idênticas no passado, só que, hoje, já não pode contar com as falsas soluções salvadoras de outrora permitidas pela pimenta da Índia, o ouro do Brasil, mais tarde as remessas dos emigrantes (primeiro do Brasil, depois da Europa), as exportações das colónias (que tapavam o buraco da Metrópole), os fundos de Bruxelas. E foram soluções falsas ou precárias, porque não mudaram, nunca, o essencial – a fraca produtividade da nossa actividade económica – e se não tivermos engenho para a aumentar, então não haverá mais trunfos milagrosos para nos salvar do empobrecimento crescente e de tudo o que de nefasto ele prenuncia.

Uma das formas de ultrapassar esta debilidade e estagnação poderá basear-se no conceito que terá começado a fazer o seu caminho, baseado na ideia de que o futuro passará, claramente, pelo mar e a investigação e exploração dos seus recursos, incluindo os do solo e subsolo das suas águas patrimoniais. Trata-se, obviamente, de uma solução “verdadeira”, de uma efectiva hipótese de regeneração, a exigir um grande esforço, é verdade, mas um país parco de recursos e com um reduzido leque de sectores de actividade (recordaria apenas as quebras da produção agrícola, industrial, pesqueira e mineira nos últimos 40 anos), com insuficientes níveis de produção de bens transaccionáveis em mercados exteriores, não pode dar-se ao luxo de desperdiçar o que poderá representar um significativo incremento percentual no seu PIB e níveis de emprego. Por isso a aposta urgente no designado *hypercluster* da economia do mar, entendido como um conglomerado de *clusters* e cujos sectores

⁷ Relatório de Outono da OCDE (OUT2009);

e actividades foram tão bem delimitados no recente estudo da “SaeR”⁸, coordenado pelo nosso amigo Prof. Ernâni Lopes.

Certamente, Portugal não terá ao seu alcance muitos mais futuros económicos, mas, pelo menos um, estará à sua espera, e já compreenderam que estou a pensar no regresso ao mar e às suas profundezas. Aí se concentra um dos possíveis programas estratégicos, entendido o seu objecto, o mar, como espaço de circulação, berço de recursos e valor estratégico a defender, a investigar e a explorar.

Não são boas previsões⁹ as que apontam para a economia portuguesa um crescimento para 2010 abaixo da zona euro e não o suficiente para "desagrar claramente a situação do desemprego", quando sabemos que uma saída airosa da economia portuguesa imporia um desempenho económico que levasse o país a crescer na ordem dos 3%, necessários para a absorção do desemprego e a recuperação do terreno perdido no contexto europeu. Um valor desta amplitude mais reforça a opção declarada pela economia do mar, a exigir, entre outros requisitos, uma clara identificação do potencial marítimo e uma coerente e integrada planificação da acção estratégica, que, por sua vez, reclamam e justificam uma coordenação estatal e uma concretização por via de parcerias público-privadas, nacionais e estrangeiras.

V – A ECONOMIA DO MAR NA APOSTA ESTRATÉGICA AO DESENVOLVIMENTO

✓ O potencial marítimo-económico

Para que a acção resulte eficaz, é necessário delinear um plano estratégico, com a lógica consistente que tem faltado e que relance o país para daqui a 30 anos, organizado em torno de “clusters” produtores de riqueza que potenciem a indústria, (hoje pouco mais de ¼ do PIB – 26%) e os serviços (já com um peso de 69% do PIB), virados, especialmente para determinados sectores, como, por exemplo, o turismo, que deve ser diferenciado e de qualidade sem esquecer o mercado chinês, as telecomunicações, a microelectrónica, as nanotecnologias, as empresas de *software* de ponta, mas, acima de tudo, para o Mar, construindo um novo país-arquipélago através da exploração dos recursos da ZEE e fundos marinhos, além, naturalmente, da aposta no desenvolvimento regional de consolidação de “clusters de conhecimento” sustentados, sem esquecer o reforço dos tradicionais como os têxteis, o calçado, a cortiça e os vinhos.

Esta parece-me ser a via possível para que Portugal, que deixou de ter império e parece ter abdicado de ambições e desafios, que não de direitos, volte a ser um país com projectos para enfrentar a globalização

Saibamos, então, defender e explorar todo o potencial estratégico que emana da dimensão euro-atlântica do país, susceptível de fomentar a estruturação de uma

⁸ “O Hypercluster da Economia do Mar. Um domínio de potencial estratégico para o desenvolvimento da economia portuguesa”; Relatório Final, SaeR / ACL, Lisboa, 17 de Fevereiro de 2009;

⁹ “Relatório trimestral da SaeR, de 19JAN2010;

economia ligada ao mar, que, na definição do especialista francês André Vigarié, assume “... *um sentido amplo, abrangendo todas as formas de exploração e de actividades que utilizam o mar como factor do processo produtivo* ...”. Este processo exigirá uma gestão eficaz das ZEE / PC, em termos de definição dos seus limites, conhecimento das suas potencialidades, existência de um modelo de “governança”, dotação de capacidade empresarial e de tecnologia e de desenvolvimento de uma cultura de sustentabilidade, culminando na edificação de um sistema de fiscalização

Não resta dúvida de que, sob os pontos de vista científico, geopolítico, militar e económico, os oceanos desempenham hoje o papel de “derradeira fronteira” do planeta, constituindo também a principal fonte disponível de riqueza e poder, mas ainda hoje por investigar e explorar na sua plenitude. Como já antes referido, avaliações credíveis¹⁰ no que respeita aos efeitos directos, têm atribuído ao conjunto das actividades ligadas ao Mar uma quota de 5% a 6% do PIB nacional, valor que será passível de duplicar nas próximas duas décadas. Este embrião de economia do mar representa um impacto ainda curto para a economia portuguesa, mas a prazo pode corresponder a um promissor potencial de crescimento, com particular aptidão do sector da “náutica de recreio e turismo náutico”, bem como actividades com forte impulso noutros domínios (sistema de transportes terrestres, desenvolvimento regional, atracção de investimentos e operadores internacionais, projecção internacional de cidades, a exemplo de Roterdão), e, por essa via, excelentes geradores de valor acrescentado.

Na sustentação da economia marítima, considero necessário apostar naquilo em que podemos ser melhores e no que for menos deslocalizável. Com especial preocupação ao nível da educação / formação e a investigação / desenvolvimento / inovação, como factores decisivos de sustentação estratégica.

A vida pública não pode ficar centrada nas finalidades imediatas e nos grupos instalados, tapando o horizonte dos grandes desígnios e interesses nacionais. Como em anteriores crises, restará para a sociedade e a economia a responsabilidade de encontrar na actividade quotidiana a força e a razão de que estão carecidas as elites dirigentes. Assumamos a nossa vocação atlântica, numa estratégia articulada em três raios geográficos essenciais: Europa / África / Brasil, lembrando que se fala português nos cinco continentes e dos quatro oceanos.

A economia global entrou em Portugal e surpreendeu uma nação vulnerável, elites dirigentes sem visão e determinação estratégicas, uma população ciosa de direitos mas impreparada para os requisitos da competitividade. É tempo de empreender outra história e destino, na Europa, mas para o mundo, o tal mundo da globalização e competitividade. O Mar está à nossa espera para nos ajudar a mergulhar no projecto colectivo feito desígnio nacional. Que não seja preciso ele vir ter connosco, porque se o fizer é para nos dizer que seremos destinatários de decisões alheias, mesmo que europeias, sobre a gestão dos nossos recursos vivos e outros que se segirão.

¹⁰ “O *Hypercluster* da Economia do Mar. Um domínio de potencial estratégico para o desenvolvimento da economia portuguesa”; Relatório Final, SaeR / ACL, Lisboa, 17 de Fevereiro de 2009, p. 104;

✓ A acção estratégica

Na concepção do novo modelo de desenvolvimento, vou concretizar muito rapidamente alguns domínios de especialização e intervenção política no quadro da economia do mar, apontando, segundo um critério de vantagens competitivas: a modernização e internacionalização dos nossos portos (com vista a utilizar o território nacional como porta de acesso e placa giratória de mercadorias destinadas a outros mercados); as indústrias da construção e reparação naval; o reforço da ligação da indústria do turismo ao Oceano; a promoção da náutica de recreio e outras actividades de lazer ligadas ao mar; a gestão da fileira das pescas e desenvolvimento da aquacultura; o fomento das biotecnologias associadas aos recursos haliêuticos; e a exploração das energias renováveis e dos recursos marinhos não vivos, essencialmente minerais (petróleo, gás natural, sulfuretos polimetálicos, crostas de cobalto e outros).

Nesta economia marítima, terão de confluir, como se disse, o crucial papel da iniciativa privada, a par da intervenção do Estado, com a promoção de políticas públicas. Igualmente importante será a articulação com as políticas da UE e a procura de parceiros de dimensão e âmbito definidos em termos do sistema financeiro global.

Um tal plano de acção estratégica deveria privilegiar, para não sobrecarregar a dívida pública, soluções de concepção, construção, financiamento e exploração assentes em parcerias com operadores internacionais. Tomo apenas um exemplo concreto, caso do simples, mas ambicioso projecto, de colocar Portugal a desempenhar importantes funções de plataforma de distribuição europeia de gás natural.

O sucesso de um projecto deste fôlego dependerá da congregação de vontades em redor de um volante de acção político-estratégica que abranja: a) Uma economia do mar integrada e inclusiva dos diversos sectores e actividades; b) Um quadro institucional simplificado e eliminatório dos desgarrados planos, avulsas políticas sectoriais e ineficazes instrumentos; c) O estabelecimento de um “modelo de governança” que assegure o adequado interface mar-terra, a coordenação das políticas sectoriais a nível nacional e a sua articulação no quadro de cooperação internacional.

O hypercluster da economia do mar é um tema do e para o futuro. Acresce que, no caso específico português, a articulação hypercluster / Lusofonia constitui, enquanto janela de oportunidade e liberdade, uma forte exigência desse futuro, na medida em que conjuga dois pilares histórico-estruturais do ser português.

Entretanto, impõe-se não esquecer os deveres do estado costeiro com tradução ao nível dos custos, bem como o facto de os espaços vazios tenderem a ser ocupados por quem dispõe dos meios e capacidades. Não basta ter direitos, há que exercê-los e, quando não existir capacidade autónoma, poder-se-ão negociar parcerias. Se descurarmos a ocupação efectiva dos nossos espaços e a gestão do património marítimo e dos recursos vivos da ZEE, o Tratado de Lisboa já tem solução exógena e potencialmente usurpadora desses direitos e responsabilidades. Não nos iludamos. A defesa dos interesses nacionais reside, hoje, na capacidade de ocupar o nosso mar interterritorial, no quadro da defesa e segurança da nossa fronteira

marítima, um interesse nacional vital e também europeu – convém lembrar –, mas também no exercício do “poder do conhecimento”, hoje expoente da valorização do poder nacional de qualquer país. Ora, esses dois objectivos – ocupação da área marítima e conhecimento – estão perfeitamente ao nosso alcance.

Em jeito de balanço final, a ZEE e uma PC acrescida, constituirão, se devidamente ocupadas, investigadas e exploradas, um valor económico e uma fonte de empregos e riquezas. Contudo, essa exploração sustentada implica muito trabalho, planeamento e coordenação. São áreas onde se abrem oportunidades de parceria ou cooperação. Pressupõe um investimento pesado, sem dúvida, mas que valerá a pena e dará muitos frutos. Se não for a nossa geração a colhê-los, serão certamente as que nos seguem e bem precisam, porque a perspectiva é de que as elas vivam pior do que a geração dos seus pais, se nada for feito para impedir o retorno ao “*modus-vivendi*” das últimas décadas e inverter o definhamento que lhe está associado.

É neste desígnio e projecto marítimos que quero acreditar e gostaria de partilhar essa crença convosco.

BIBLIOGRAFIA

1. Livros

- BESSA, António Marques; RIBEIRO, António Silva, TILL, Geoffrey, “Uma Visão Estratégica do Mar na Geopolítica do Atlântico”; Cadernos Navais, N.º 24, JAN-MAR, Lisboa, 2008, Gabinete de Estudos e Reflexão Estratégica, Marinha;
- ALMEIDA, Políbio F. A. Valente de, “Do Poder do pequeno Estado – Enquadramento geopolítico da hierarquia das potências”; IRI – ISCSP, UTL, Lisboa, 1990;
- GRAÇA, Pedro Borges, “O papel das informações estratégicas na projecção marítima de Portugal”; “Uma Visão Estratégica do Mar na Geopolítica do Atlântico”; Cadernos Navais, N.º 24, JAN-MAR, Lisboa, 2008, Gabinete de Estudos e Reflexão Estratégica, Marinha;
- MOREIRA, Adriano Alves, “Teoria das Relações Internacionais”; 4ª edição, Almedina, Coimbra, 2002;
- MOREIRA, Adriano Alves, “Portugal e o Mar”; Aula inaugural na abertura do ano lectivo na Escola Naval, realizada em 14NOV08 e reproduzida na Revista da Armada, DEZ 2008;
- MAHAN, Alfred Thayer, “The Influence of Sea Power upon History 1660-1783”; 12th edition, Little, Brown and Company, Boston, 1890;
- MACKINDER, John Halford, “The Geographical Pivot of History”; in Geographical Journal, vol. XXIII, N.º 4, 1904;
- MODELSKY, George, THOMPSON William R., “Seapower in global politics 1494-1993”; Macmillen Press, London, 1988;
- MATIAS, Alm. Nuno Vieira, “O Mar - um oceano de oportunidades para Portugal”; Cadernos Navais, N.º 13, ABR-JUN, Lisboa, 2005, Gabinete de Estudos e Reflexão Estratégica, Marinha;
- VIGARIÉ, André, “La Mer et la Geostratégie des Nations”; Bibliothèque Strategique, Economica et Institut de Strategie Comparée, Paris, 1995 ;

2. Internet

- http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacao_defesa/resumos/108.pdf;
- http://dn.sapo.pt/2009/02/03/ciencia/google_lanca_ocean_para_conhecer_o_m.html ;
- <http://.destak.pt/artigos.php?art=21987>;
- <http://www.european-network-of-maritima-clusters.eu/>;
- <http://hbr.harvardbusiness.org/1998/11/clusters-and-the-new-economics-of-competition/ar/1>;
- <http://faculty.washington.edu/krumme/gloss/c.html>;
- http://.isc.hbs.edu/pdf/Frontiers_of_Cluster_Research_2003.11.23.pdf;